

A “mulher subversiva” da Ditadura Militar em Bernardo Kucinski e Maria Pilla

Aline Teixeira da Silva Lima*

Resumo

Problematizamos, neste artigo, a representação na literatura contemporânea das mulheres militantes no período ditatorial brasileiro e argentino. Com base na análise dos romances *K.: relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski, e *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, comparamos, sob a perspectiva dos estudos de gênero, como as personagens dos referidos romances são construídas/desconstruídas, tanto por meio da autoria feminina quanto masculina, a partir do resgate de memórias de acontecimentos traumáticos.

Palavras-chave: mulheres militantes, ditadura brasileira, Bernardo Kucinski, Maria Pilla

Résumé

Nous problématisons la représentation dans la littérature contemporaine des femmes militantes pendant les dictatures au Brésil et en Argentine. Nous analyserons les romans *K.: relato de uma busca*

* Doutoranda em Literatura na Universidade de Brasília (UnB), sob orientação do Professor doutor Paulo César Thomaz. Seu trabalho se intitula: Quando o amor rima com dor: representações da violência doméstica na literatura brasileira contemporânea. E-mail: alinetslima@hotmail.com

(2014) de Bernardo Kucinski et *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, avec l'intention d'établir une comparaison, dans la perspective des études de genre, entre la construction/déconstruction des personnages dans les romans par un auteur homme ou par une auteure femme, en ayant recours aux récits des événements traumatiques.

Mots-Clés : représentations des femmes, dictature brésilienne, dictature en Argentine, Bernardo Kucinski, Maria Pilla

Como “a cultura é a categoria que proporciona a matéria-prima para a construção das representações e é, também, a cultura que constitui o espaço onde circulam as representações sociais”¹, consequentemente, as produções literárias representam o tema das mulheres militantes, aqui em consideração², estimuladas pelas ações repressivas contra elas ocorridas no período ditatorial. Dessa forma, é importante observar como autores contemporâneos, como Bernardo Kucinski e Maria Pilla, retratam essas “mulheres subversivas” em suas produções, ambientadas em ditaduras militares, instigando, assim, questionamentos e reflexões sobre as relações de gênero e poder e sobre assimetria sexual³, ainda vigorantes em nossa sociedade.

¹ Denise Jodelet, “As representações sociais: um domínio em expansão”, in Denise Jodelet (org.), *As representações sociais*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001, p. 14.

² Mesmo tendo ciência de que muitas mulheres lutaram, juntamente com os homens, militando pela redemocratização do Brasil, a figura feminina sofreu uma espécie de apagamento histórico. Tradição enraizada na cultura patriarcal, em que a “mulher correta” não deve ultrapassar a área a ela destinada do espaço privado e se tornar um sujeito político no espaço público. Entretanto, caminhando na contramão do que ditava o contexto patriarcal, muitas mulheres, nos anos de chumbo, contestaram a ordem estabelecida e romperam com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”, de acordo com Marcelo Ridenti. Sobre os papéis atribuídos às mulheres, ver Roxane Gay, *Mala feminista*, Madrid, Capitán Swing Libros, 2016, pp. 303-304. Sobre a participação das mulheres na luta contra a ditadura, sugerimos consultar Marcelo Siqueira Ridenti, “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”, *Tempo social*, vol. 1, São Paulo, 1990, p. 114.

³ Esses papéis impostos de maneira tão arbitrária a ambos os sexos são consolidados ao longo da história e reforçados pela ideologia, como atenta Pierre Bourdieu ao afirmar que as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica), além das famílias e o Estado e instituições como a Igreja e a Escola. Ver Pierre Bourdieu, *A dominação masculina*, São Paulo, BestBolso, 2014, p. 55.

De acordo com Miguel e Biroli, “hierarquias e desigualdades sociais são confirmadas e reproduzidas por meio de palavras e imagens que naturalizam comportamentos e pertencimentos”⁴. Nesse sentido, a literatura, enquanto representação da ordem objetiva, espaço onde circulam tanto ideologias, como discursos, pode contribuir para manter os estereótipos femininos aqui já mencionados ou, ao contrário, desconstruí-los. Assim, a fim de refletirmos sobre como a personagem mulher militante é representada nas narrativas contemporâneas, analisaremos a representação dessas “mulheres subversivas” em dois romances contemporâneos: *K.: relato de uma busca*⁵, de Bernardo Kucinski, cujo personagem principal, K., recupera fragmentos de memória de sua filha militante desaparecida, enquanto procura por ela, e *Volto semana que vem*⁶, de Maria Pilla, em que a protagonista-testemunha milita durante as ditaduras militares brasileira e argentina.

Sob a perspectiva masculina

K.: relato de uma busca, primeiro romance⁷ de Bernardo Kucinski, escrito em terceira pessoa a partir de um narrador onisciente, conta a história de um judeu polonês já idoso, nomeado apenas K., que chegara ao Brasil em 1935, fugindo do nazismo. No Brasil, K trabalha como comerciante e escritor dedicado à literatura iídiche, mas a matéria central da obra é a busca de K. pelo paradeiro da filha desaparecida no contexto da ditadura militar em 1974.

Sabe-se que a história desse livro é baseada no desaparecimento real de Ana Rosa Kucinski, irmã do autor, e de seu marido, Wilson Silva, militantes políticos durante o regime ditatorial militar brasileiro. A narrativa em si também é uma forma de lutar contra o desaparecimento da irmã, frente a esse “esquecimento coletivo” da ditadura militar no Brasil, “mal de Alzheimer

⁴ Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, “Gênero, mídia e política”, in Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (org.), *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, p. 11.

⁵ Bernardo Kucinski, *K.: relato de uma busca*, São Paulo, Cosac & Naify, 2014. O livro foi lançado originalmente em 2011 pela editora Expressão Popular.

⁶ Maria Pilla, *Volto semana que vem*, São Paulo, Cosac Naify, 2015.

⁷ Trata-se de um romance híbrido, pois trabalha fatos por meio de ficção. Segundo Renato Lessa, há uma formulação “entre ‘realidade’ e ‘ficção’, e a complementariedade entre ambas acaba por ser admitida”. Ver Renato Lessa, “A experiência de K.”, in Bernardo Kucinski, *K.: relato de uma busca*, São Paulo, Cosac & Naify, 2014.

nacional”⁸, segundo o escritor. Logo neste capítulo, já tomamos ciência do destino da desaparecida, pois Kucinski diz, acerca das cartas, destinadas à irmã já falecida há mais de três décadas, chegadas esporadicamente em sua casa: “o carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar.”⁹

A partir do segundo capítulo, agora por meio do narrador, nos deparamos com um pai preocupado com a falta de notícias sobre a filha há dez dias. Ele não imaginava, a princípio, que seu sumiço tinha a ver com a ditadura militar, tanto que chega a cogitar que a filha tinha se afastado simplesmente por não simpatizar com sua segunda esposa, uma judia alemã. Depois de várias tentativas frustradas de contato telefônico, o pai, apreensivo, começa a procurar pela filha. A narrativa é fragmentada, não ficando presa à cronologia dos fatos. Em vários capítulos, há retrospectivas, prospectivas, além de histórias paralelas, diretamente relacionadas ao desaparecimento da filha de K. Os relatos assim distribuídos ao longo da narrativa ajudam o leitor a compor uma espécie de quebra-cabeças, esboçando ao mesmo tempo uma ideia do que pode ter acontecido com a desaparecida.

Um aspecto que se destaca na narrativa são os constantes descolamentos espaciais do protagonista, todos relacionados a um determinado ato de opressão, já que o primeiro trânsito, sob uma perspectiva cronológica, é a vinda de K. da Polônia para o Brasil, em decorrência do nazismo, e os demais estão associados ao desaparecimento da filha pelo período de exceção. Primeiramente, enquanto ainda acreditava que a filha estivesse viva, ele, à procura dela, vai à USP, a sua casa em Padre Chico, à delegacia, à Cúria Metropolitana, entre outros locais, além de viajar, com o propósito de conseguir ajuda para localizá-la. Chega a ir a Genebra, Londres e Estados Unidos. Em um segundo momento, com a filha desaparecida há aproximadamente um ano, K. já não nutre mais esperanças quanto a sua sobrevivência, assim, suas andanças diminuem, mas não cessam, tendo em vista que agora ele é um pai em busca de respostas, de um corpo e de justiça. Com esses objetivos, ele vai a protestos na Praça de Maio, na Baixada Fluminense, a uma cidade do interior a fim de visitar a família do genro também desaparecido, a um loteamento no Rio de Janeiro, onde as ruas receberam nomes de desaparecidos políticos, entre outros. Reitera-se,

⁸ Bernardo Kucinski, *op. cit.*, 2014, p. 12.

⁹ *Ibid.*

portanto, que todo o trabalho de deslocamento do protagonista é motivado pelo sumiço de sua filha caçula, pois é descrito pelo narrador, e até por ele mesmo, como um homem recluso, dedicado à literatura ídiche.

À filha de K., contudo, e diferentemente de outras personagens, não é dada a possibilidade de fala, com exceção de uma única carta destinada a uma amiga, em que ela assina apenas A.¹⁰ Logo, as informações a seu respeito chegam ao leitor, em sua maioria, pelo seu pai. Dessa forma, conhecemos A. por meio da perspectiva do protagonista que, a seu turno, pouco sabe sobre a filha, apesar de não estar ciente disso inicialmente. É apenas durante a busca que ele toma ciência, por exemplo, sobre o envolvimento da filha com a militância política. Quando ele procura as autoridades para denunciar o desaparecimento dela, diz que “era professora da universidade em grau de doutora, era independente e morava só”¹¹. Contudo, ela não morava sozinha, era casada, informação que evidencia o desconhecimento do pai sobre a vida da filha.

Foi por volta do trigésimo dia do desaparecimento de A., após ler uma reportagem no *Estado de S. Paulo* sobre familiares de desaparecidos políticos, que a possibilidade de sua filha ser uma militante se desenha concreta. Entretanto, é difícil para o leitor criar uma imagem de A. como militante, porque todas as características e memórias retomadas pelo pai para caracterizá-la estão diretamente ligadas ao estereótipo feminino, em que a mulher está sujeita ao espaço privado, tendo em vista que esta é o “sexo frágil”. K. utiliza esse mesmo adjetivo para qualificar a filha ao encontrar algumas fotos dela, já passados oito anos desde seu desaparecimento. Ele “percebe, naqueles recortes de tempo e espaço, como a filha fora um ser frágil”¹². K. ressalta ainda a ternura que emanava dela: “Ali estão fotografias de sua filha sugerindo delicadeza e sensibilidade.”¹³

K. tinha um passado político em sua terra natal, mas, mesmo assim, o narrador afirma que “surpreendera-o a revelação de sua militância política, embora fosse tradição de família; sempre a vira como a filhinha sensível que lia poemas, que gostava muito de cinema e pouco de política”¹⁴. É perceptível, portanto, que ele não consegue imaginar sua

¹⁰ Em nenhum momento da narrativa a filha de K. é nomeada.

¹¹ Bernardo Kucinski, *op. cit.*, 2014, p. 18.

¹² *Ibid.*, p. 115.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, p. 44.

filha atuando politicamente, mas apenas agindo dentro do escopo de atribuições culturalmente destinadas às mulheres, como ler poemas e assistir a filmes, reforçando, dessa forma, a polarização dos papéis sociais distintos atribuídos ao homem e a mulher. Essa idealização da mulher é contraditória na vida do protagonista se tomarmos como exemplo uma outra figura feminina em sua vida: sua irmã, Guita, também uma militante. Ambos chegaram a ser presos por subversão pela polícia polaca. Mas K. conseguira sair da prisão com a condição de emigrar, enquanto Guita acabara morrendo de tuberculose na prisão. Na narrativa, há muito pouco sobre a sua irmã, mas o necessário para indicar que o protagonista encarava o ativismo dela como algo anormal.

K. só vem a ter “provas” do envolvimento político de A. quando descobre que esta era casada com um homem que desde sua juventude já tinha grande interesse por política e a quem ele atribui toda a culpa da militância da filha. Assim, ele passa a viver “um dilema moral: deveria odiá-lo, por ter arrastado sua filha a uma morte estúpida, ou honrá-lo, por ter enriquecido sua vida?”¹⁵. O fragmento transcrito demonstra a incredulidade de K. quanto ao interesse da filha em uma militância política, ignorando a possibilidade de que ela tenha herdado o gosto pelo ativismo do próprio pai, já que este também lutara, na juventude, pelas causas em que acreditava. Dessa forma, ele imagina a filha como um tipo de apêndice do marido, sem capacidade própria de tomar decisões políticas. Esse pensamento de K. vai ao encontro das reflexões de Colling sobre a maneira que o regime atuava em relação à militante mulher. De acordo com ela, “a primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas”¹⁶. Mais uma vez, a visão que K. tinha de sua filha é aquela arraigada ao (in)consciente coletivo, em que “o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras na tentativa de desconstrução porque rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política”¹⁷.

¹⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁶ Ana Maria Colling, “50 anos de Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero”, *Revista OPSIS*, Catalão, vol. 15, 2015, p. 378.

¹⁷ Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 95.

Após lidar com o engajamento político da filha, o que mais perturbava o protagonista era o motivo de ela ter se casado formalmente e lhe ocultado o fato, sendo que o mesmo não ocorrera com a família do genro, sabedora da união. A partir daí ele levanta várias hipóteses. Teria sido pelo fato de o cônjuge não ser judeu? Ou porque não gostava da madrasta? Seria por ele ser muito devotado à língua iídiche? K. acaba refutando todas essas possibilidades e, devido a um pacto pré-nupcial feito pelo casal e encontrado pelo protagonista, com separação total de bens, ele conclui que:

A única razão para se casarem formalmente, na situação de risco em que viviam, era para diminuir o risco. Como? Tendo a posse de um documento legítimo de casados, podiam com isso firmar contratos de aluguel sem levantar suspeitas, registrar-se em hotéis sem levantar suspeitas, refugiar-se em pousadas, em caso de urgência, sem levantar suspeitas. Poderiam, se necessário, tirar passaportes e viajar para o exterior juntos, como marido e mulher, fugir sem levantar suspeitas.¹⁸

Porém, as razões levantadas por K. para justificar o casamento sigiloso excluem o fato de a filha ter se casado também por amor, hipótese não cogitada. No capítulo “Carta a uma amiga”, momento único do texto em que A. tem oportunidade de exprimir o que se passa com ela, a professora se declara apaixonada por seu parceiro. Entretanto, não demonstra felicidade, se diz reclusa e aponta como sua única alegria, além do marido, a companhia de uma cadela que recebera dele de presente. Percebe-se ainda que ela se sente insegura quanto ao rumo de sua vida. Ela também se mostra desiludida com a luta, na qual não vê mais sentido, questionando “o que leva as pessoas a fazer o que fazem, a caminhar numa direção sem saída e não ter forças para mudar. É o que acontece comigo”¹⁹. A narrativa não esclarece em quais circunstâncias A. se engaja na militância, nem seu papel na mesma.

Um ponto a se considerar no discurso de A. é o termo “paixão” para conceituar o que sente pelo marido. O narrador onisciente não nos dá a conhecer como se deu o início desse relacionamento ou a dinâmica do mesmo. Mas, pela perspectiva de K., ao tratar o casamento e a militância não como acontecimentos de natureza distinta, e sim como similares,

¹⁸ Bernardo Kucinski, *op. cit.*, 2014, p. 46.

¹⁹ *Ibid.*, p. 48.

ele julga que o engajamento da filha se deve ao sentimento que nutre pelo marido e não por interesses políticos. Anthony Giddens faz uma diferenciação dos tipos de amor: o *amor paixão*, que se caracteriza por uma certa urgência e que apresenta como marca o encantamento de um para com outro, e o *amor romântico*, que, além de ser encarado como essencialmente feminilizado e visar um envolvimento prolongado, tem como elementos principais o sublime, o lírico, o abstrato e o idealizado, não tendo espaço para compulsões sexuais e eróticas. Mas na época atual, com a emancipação, independência e autonomia sexual da mulher, o amor romântico tende a fragmentar-se, abrindo, assim, espaço para o *amor confluyente*, que “presume igualdade na doação e no recebimento emocionais”²⁰. Em nossa análise, de acordo com K. e a carta encontrada de A., o que a filha sente pelo marido seria o *amor paixão*, tendo em vista que ela parece integrar o amado em sua vida, assim como integrar-se à dele, dando muita importância para seus planos e atividades. Há no próprio texto uma caracterização do *amor paixão* feita por uma das personagens: “não pense que amor e paixão são a mesma coisa. Paixão é loucura, é cegueira, a perda completa do nosso discernimento.”²¹

Ainda na carta, apesar de não mencionar ações de militância, A. parece demonstrar certo receio quanto a algum tipo de ameaça: “sinto um perigo me rondando”²², “tenho o pressentimento de que as coisas aqui vão piorar muito”²³, “tem alguma coisa muito errada e feia acontecendo, mas não consigo definir o que é”²⁴. Ela relata inclusive o medo que sente de serem capturados ao saírem de casa para passear no parque com a poodle. É justamente o que ocorre, pois é num desses passeios que o casal é surpreendido e preso. Interessa observar o uso da palavra pressentimento e todas as outras expressões desse mesmo campo semântico nos trechos supracitados. Geralmente, denomina-se sexto sentido as sensações e intuições que partem de um gênero específico: o feminino. Segundo Michelle Perrot, há um discurso naturalista que defende o binarismo, ou seja, duas espécies com qualidades e aptidões distintas. “Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibili-

²⁰ Anthony Giddens, *A transformação da intimidade*, São Paulo, UMEESP, 1993, p. 73.

²¹ Bernardo Kucinski, *op. cit.*, 2014, p. 102.

²² *Ibid.*, p. 47.

²³ *Ibid.*, p. 49.

²⁴ *Ibid.*

dade, os sentimentos”²⁵, sendo esta uma dicotomia arbitrária.

Ao longo da narrativa, apesar do longo intercurso de tempo, K. não descobriu a imagem, baseada no modelo feminino estereotipado, que mantém da filha desde sua infância. Oito anos após seu desaparecimento, ele continua a vê-la como um indivíduo frágil, ainda que tivesse noção de que a filha adulta era uma desconhecida para ele. Talvez, como ele próprio desconfiava, por ter sido um homem absorto no mundo da literatura (antes de A. ser desaparecida) e alheio ao que acontecia com a filha. Segundo Ridenti²⁶, a maior parte das mulheres que participavam ativamente das ações de esquerda, inclusive as armadas, eram as mulheres intelectualizadas, assim como a professora doutora de Química da USP, filha de K. Percebe-se, portanto, por meio do discurso em *K.: relato de uma busca*, que o protagonista se recusa a acreditar que a filha era uma militante por escolha própria, e que buscasse a construção de uma sociedade mais justa, pois não consegue se desvencilhar do estereótipo do comportamento feminino construído cultural e historicamente, focando nos “papéis atribuídos a elas [mulheres], como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, [os quais] colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como algo natural e distintivo, mas também um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios”²⁷.

Sob a perspectiva feminina

O romance de Maria Pilla, *Volto semana que vem*, é uma narrativa curta, em primeira pessoa, baseada na vida da própria autora, e que carrega uma certa sutileza, apesar da temática feroz que abrange: as ditaduras brasileira e argentina. Com capítulos breves e sem obedecer a uma ordem linear, a narradora opera recortes de memórias sobre sua infância em Porto Alegre, aciona outras da ativa juventude no curso de Jornalismo, da militância política, que a conduz ao exílio e, posteriormente, à prisão, entre outros acontecimentos. O título do livro faz referência a uma frase dita pela narradora ao próprio pai ao sair de viagem. Entretanto, por conta das barbáries, cometidas pelo regime militar, ela só retornaria para casa mais de vinte anos após a despedida.

²⁵ Michelle Perrot *apud* Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 75.

²⁶ Marcelo Siqueira Ridenti, *op. cit.*, 1990, p. 115.

²⁷ Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, *Feminismo e política*, São Paulo, Boitempo, 2014, p. 32.

Diferentemente de *K.: relato de uma busca*, em que a mulher militante é um outro de quem se fala, na obra de Maria Pilla, há a voz da própria militante política mulher, que, de maneira geral, carrega um histórico de silenciamento nessa arena pública e política, espaços considerados masculinos por excelência. Todavia, rompendo com os padrões tradicionais de gênero, essa mulher, agora já madura, que fora presa e torturada, detém o poder do discurso e, por meio dos seus relatos, constrói uma narrativa de vida, em que seu ativismo político é o tema central. No relato, os anos que sucederam ao fim da ditadura militar brasileira são silenciados, não sendo possível, portanto, ter uma noção do que ocorre à narradora nos anos seguintes.

Na obra, a narradora-personagem não se nomeia em momento algum. Ela conta que seu interesse por política começara ainda na adolescência, por volta dos 17 anos, quando residia em Washington, por conta de um intercâmbio estudantil. Seu engajamento político se daria anos mais tarde, já no Brasil, enquanto cursava Jornalismo na UFRGS. Ana Maria Colling²⁸ afirma que a maioria das mulheres ativistas iniciava a sua militância política em movimentos estudantis. Tal proposição se confirma na vida da narradora conforme assinala o trecho a seguir:

O sol estava a pino quando cheguei à entrada do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, centro da política estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul naquele início de governo militar. “Não queres ir a uma reunião do Partidão hoje?” Cara bonita, olhar maroto, Sulbrasil tinha nome exótico, mas jeito de pessoa bem normal. Sua pergunta mudou meu rumo naquele verão brilhante de luz.²⁹

Desse modo, a narradora adentrou esse território “proibido” às mulheres – o público, masculino e político –, engajando-se em organizações clandestinas, tanto no Brasil como na Argentina, manifestando, assim, seu repúdio àquele regime e resistindo ao golpe. Com apenas quatro anos de militância no Brasil, devido a uma ação da Oban (Operação Bandeirantes) na casa de uma colega, em São Paulo, a ideia do exílio surgiu. Viajar para a França permitiria-lhe fugir da violência do regime que já se avizinhava da narradora e seus companheiros. A partir da

²⁸ Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, *op. cit.*

²⁹ Maria Pilla, *op. cit.*, pp. 30-31.

resolução de se exilar, sua vida passa a um trânsito constante.

A narradora reconstrói eventos de sua vida que vão dos anos de 1950 (quando tinha quatro anos) até 1984, um ano antes do término da ditadura militar brasileira, organizados de maneira não cronológica, recorrendo-se a saltos e recuos temporais. Acompanhando o trajeto da protagonista, após o exílio do Brasil para a França, o leitor a encontra na Argentina, país que também sofrera golpe militar em 1966. O destino é escolhido a fim de dar continuidade à militância. Lá, filiou-se ao ERP: “Ejército do Partido Revolucionario del Pueblo, estrutura militar do Partido Revolucionario de los Trabajadores”³⁰. Sua função dentro de tal organização, assim como de outras de que fez parte, inclusive no Brasil, não é descrita com clareza, contudo, sabe-se que um de seus encargos era o de repassar informações. Na obra de Maria Pilla, percebemos que a narradora não se encaixa no estereótipo de sexo frágil atribuído à mulher pelo protagonista de *K.: relato de uma busca* ao descrever sua filha. Pelo contrário, em *Volto semana que vem*, a própria narradora afirma que:

Indo pelos anos 60 eu já militava, e os ideais femininos da época passavam longe da minha preferência. Os bailes da Reitoria, mesmo sendo unanimidade na minha geração, não exerciam o mesmo fascínio sobre mim. Os namorados que me interessavam estavam no meio militante.³¹

Contrariamente aos “ideais femininos” da época, conforme diz a narradora, a temática do amor não parece ter muita relevância ao longo da obra. Apesar de mencionar alguns namorados, ao longo da narrativa, ela não descreve ou explicita a dinâmica desses relacionamentos, ou seja, não há investimento nesta temática. A maior parte das memórias datam de 1984, quando a narradora teria 38 anos, mas assuntos relacionados a sua vida amorosa como relacionamentos, filhos, casamento não são sequer mencionados, fugindo, assim, de uma temática frequentemente atrelada às mulheres, isto é, de quem normalmente se espera que sejam boas mães e esposas e que privilegiem o espaço do privado.

Na Argentina, em 1975, a narradora é presa. Ela cumpriria, entre as prisões de Olmos e de Devoto, aproximadamente dois anos de pena. Neste espaço, a ideia da fragilidade da mulher também é desconstruída.

³⁰ *Ibid.*, p. 15.

³¹ *Ibid.*, p. 50.

As presas políticas que ali se encontram, e a própria narradora, apesar do medo que sentiam, não são descritas de maneira vitimizada, mesmo após as torturas físicas e psicológicas a que são submetidas. Trazidas de Olmos, da sede da Polícia Federal de Buenos Aires, apresentavam “hematomas no rosto, o olhar amedrontado fixo no chão, o som ainda vivo dos gritos dos torturadores”³². Colling, após analisar depoimentos de presas políticas no Brasil, conclui que “a militância política exigia, nas condições difíceis em que se realizava, convicção, desprendimento pessoal e, sobretudo, coragem, isto, entretanto, não era capaz de eliminar o sentimento de medo”³³.

Os relatos do cotidiano da prisão evidenciam uma verdadeira rede de solidariedade entre as presas, procurando evidenciar talvez que agiam em conjunto para o bem comum. Além disso, mesmo encarceradas, elas são representadas como sujeitos políticos de resistência, enfrentando com coragem e criatividade as dificuldades que surgiam, como no episódio em que descosturaram os uniformes para não os vestir, porque estavam no verão e estes eram demasiado quentes, por serem escuros e feitos de sarja de lã. E “apesar dos numerosos castigos individuais e coletivos, nos meses que se seguiram as presas de Devoto jamais vestiram uniforme algum”³⁴.

A marca da resistência não abandonou a protagonista nem mesmo quando ainda estava exilada em Paris, antes de seguir viagem para Argentina. Ela narra que em um jogo da Seleção Brasileira no estádio Parc des Princes, o “Maracanã” parisiense, ela e seus companheiros compareceram com a intenção de “desfraldar uma enorme bandeira anunciando que o Brasil – campeão do mundo de futebol – era o campeão do mundo de tortura”³⁵. Em relação à tortura, a narradora o trata de maneira comedida, afinal esse assunto gera a tensão de narrar o inenarrável. Segundo Charlotte Delbo³⁶, o trauma seria não-representável, pelo fato de não fazer parte da ordem do simbólico e da linguagem. Dessa maneira, seria um conteúdo impossível de materializar-se em formas tradicionais de narrativas. Assim, a protagonista opta por um sistema discursivo onírico, em que revisita sua memória por meio de um sonho. Ao acordar, ela diz:

³² *Ibid.*, p. 79.

³³ Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, *op. cit.*, p. 59.

³⁴ Maria Pilla, *op. cit.*, p. 10.

³⁵ *Ibid.*, p. 63.

³⁶ Charlotte Delbo, *Days and memory*, Vermont, Marlboro Press, 1990.

Senti uma fisgada aguda no pé e levantei o edredom, agora muito sujo, em vez da gatinha, vi meus pés manchados de sangue e estrangulados pela corda. O cheiro: inesquecível cheiro de roupa suja misturado a um vago odor de pele queimada pelos fios desencapados.³⁷

No trecho acima, evidencia-se a não vitimização da personagem, mesmo diante de memórias tão frescas da terrível dor que sofrera em tortura, indicando que sua decisão de aderir à militância fora tomada de maneira consciente e que compreendia os riscos que corria. Outro trecho do texto que endossa a coragem e determinação de sua experiência de militância sucede quando a mãe culpa a narradora personagem pela morte do pai, alegando que, por causa do consciente engajamento político da filha, o pai teria morrido de estresse. De acordo com Colling, “inegavelmente houve uma ruptura política entre a família e as mulheres militantes, principalmente pelas condições de clandestinidade em que se desenvolvia a atividade política”³⁸, assim, uma tensão foi causada entre a família e a militante, pois aquela “sente-se traída pela opção política dos filhos”³⁹. Contudo, ao invés de interiorizar essa culpa, ela rapidamente a refuga, dizendo: “fiquei aturdida. Não sabia como ordenar os argumentos para tirar de sua cabeça [da mãe] ideia tão bárbara. [...]. Disse que o pai tinha morrido porque estava doente e que a medicina não conseguira mudar esse fato.”⁴⁰ Sem sentimento de culpa, rancor ou sentimentalismo, transita nos interstícios entre memória, história e testemunho, revelando mulheres que, nas ditaduras na América Latina, tornaram-se militantes de organizações clandestinas de esquerda em razão de suas próprias convicções políticas, lutando por “um mundo que fosse bem melhor”⁴¹.

Considerações finais

De acordo com Pierre Bourdieu e Elaine Showalter, as relações de gênero são, na verdade, relações de poder, tendo em vista que “gênero não é apenas uma questão de diferença, o que presume que os sexos sejam distintos e iguais; mas de poder, já que observando a história

³⁷ Maria Pilla, *Volto semana que vem*, *op. cit.*, p. 46.

³⁸ Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, *op. cit.*, p. 61.

³⁹ *Ibid.*, p. 112.

⁴⁰ Maria Pilla, *op. cit.*, p. 65.

⁴¹ *Ibid.*, p. 32.

das relações de gênero, encontramos assimetria sexual, desigualdade e dominação masculina em qualquer sociedade⁴². Percebe-se, portanto, que as disparidades entre os gêneros e a dominação patriarcal são encaradas como construções de poder das sociedades hodiernas.

Nos romances aqui analisados, consideramos importante observar questões relacionadas a autoria e poder. O que se destaca, sob essa perspectiva autoral, é a diferença na construção da personagem feminina frente às situações de militância política. Em *K.: relato de uma busca*, o protagonista vive uma enorme tensão em relação às atividades de militância da filha e os atributos femininos, de acordo com as definições expostas por Roxane Gay apontadas anteriormente. Assim, o protagonista que parte em busca de sua filha desaparecida rejeita e deslegitima a militância vivida por ela. Há na narrativa uma idealização e vitimização da figura da filha, único papel atribuído a ela pelo pai, associando-a sempre à fragilidade e à inocência. Assim, acreditamos não haver uma desconstrução desse estereótipo, mas uma reiteração do mesmo.

Em *Volto semana que vem*, é a perspectiva da própria guerrilheira que o leitor encontrará. Mesmo demonstrando gostar de atividades associadas inicialmente às mulheres como cinema e literatura, assim como a filha de K., a narradora não se restringe a ocupar apenas esses espaços. Ela é independente, tem consciência de suas próprias vontades e rompe com os padrões tradicionalmente reservados às mulheres. Nesta obra, a mulher torna-se sujeito, deixando de ser apenas objeto de representação de outrem. Desse modo, a representação da “mulher subversiva” de Maria Pilla, diferentemente da de Bernardo Kucinski, se afasta daquela em que os conceitos em relação à mulher estão ancorados às estruturas patriarcais e se aproxima do sujeito social defendido por Teresa de Lauretis, em que este deve ser “múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido⁴³”.

⁴² Elaine Showalter, *Speaking of gender*, New York and London, Routledge, 1989, p. 4.

⁴³ Teresa de Lauretis, “A tecnologia do gênero”, in Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 208.